



Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT    Ano V    nº 38    22.09.2005

## **Tarifas: uma questão de soberania nacional**

Por José Lopez Feijóo

A pretexto de modernizar a economia nacional, o governo Collor inaugurou um longo período de drástica redução de tarifas. O Brasil virou o paraíso dos produtos importados – dos mais sofisticados aos sem nenhum valor agregado. O resultado da abertura comercial indiscriminada foi desastroso: para enfrentar a concorrência desleal, o brasileiro pagou com fechamento de empresas, com corte de salários e com a perda de milhões de empregos. Vamos citar apenas cinco setores industriais pesquisados pelo Dieese entre os anos de 90 a 98: a mão de obra no setor de calçados caiu 18,5%, no de material de transporte, 23,3%, no têxtil, 27,2%, no de borracha, fumo e couro, 43,2% e no de eletroeletrônica, 47,2%.

O desastre não parou aí. Nós, metalúrgicos, também sofremos na pele os efeitos danosos da abertura: quase um milhão e quinhentos mil trabalhadores perderam o emprego na década de 90 - um corte brutal de cinquenta e dois por cento do número de postos de trabalho da categoria.

Mas esta triste experiência parece ter sido esquecida por aqueles que deveriam se preocupar em incentivar a base industrial brasileira. O Ministério da Fazenda quer adotar a liberalização comercial mais uma vez, diminuindo a tarifa de importação de 5.480 itens de um teto atual de 35% para 10,5%. A proposta repete os erros de um passado recente que não tivemos nem a oportunidade de esquecer.

Os técnicos que pensam que, através desta medida, é possível derrubar barreiras colocadas pela União Européia e pelos Estados Unidos aos produtos agrícolas brasileiros estão redondamente enganados. Eles esquecem que os países desenvolvidos pregam a livre concorrência, mas não abrem mão de proteger a economia de seus países por meio de barreiras tarifárias e subsídios. Eles apenas arrumam um “jeitinho” de maquiar as medidas protecionistas.

A defesa do agronegócio é louvável e de extrema importância, mas ela não pode ser feita às custas da indústria brasileira. A Nota Técnica de 19/08/2005 vai afetar setores fundamentais para a economia e para o desenvolvimento do país, tais como automotivo, eletroeletrônico, máquinas e equipamentos agrícolas, têxtil, couro, calçado e siderúrgico. Esta proposta absurda ainda pode prejudicar o funcionamento do Mercosul, já que ele trabalha com uma tarifa externa comum.

A medida revela outro erro: quem a formulou desconhece os princípios básicos de uma negociação aceitável. Como os técnicos escancararam até onde podem “achatar” sua própria economia, os países desenvolvidos vão exigir ainda mais sacrifícios de nosso povo. Eles vão partir de um patamar cada vez mais elevado.

É por tudo isso que o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que reúne cento e dez mil trabalhadores, se coloca na obrigação de refutar veementemente a proposta de redução abrupta das tarifas de importação. Enviamos ao ministro Antônio Palocci uma carta alertando-o sobre o absurdo da medida e para mostrar a ele a nossa posição. Nós não admitimos que a proposta da Fazenda seja construída de forma unilateral, sem o devido processo de negociação com os trabalhadores e com os empresários. Lembramos que em um país que busca construir um governo democrático e socialmente comprometido com seu povo, os interesses econômicos devem estar vinculados aos interesses sociais.

- José Lopez Feijóo é presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

## Liberalização comercial, uma repetição trágica

João Antonio Felício

No próximo dia 19, a Camex se reúne para discutir, entre outras propostas, uma nova e acentuada redução das tarifas de importação de produtos industriais, encaminhada por técnicos do Ministério da Fazenda. O fato nos preocupa, pois remete a outras iniciativas desastrosas registradas na década passada. A redução tarifária unilateral praticada pelo governo Collor, no início dos anos 90, teve repercussões seríssimas para a estrutura produtiva brasileira e para o conjunto das empresas que atuam no país. Um quadro que se agravou ainda mais, a partir de 1994, com a adoção de juros elevados e da sobrevalorização cambial pelo governo FHC, aprofundando as desvantagens da produção doméstica em relação à concorrência internacional. Essa situação, agravada pela ausência de políticas industriais e agrícolas nos anos subseqüentes, tornou-se um dos principais obstáculos ao crescimento do conjunto da economia.

Uma de nossas principais expectativas, com a vitória do governo Lula, era a reversão desse modelo, através de outra política de financiamento, de tributos e de adoção de uma política externa baseada na soberania, na prioridade do desenvolvimento econômico, produtivo e social nacional e na construção de um arco de alianças, e associações comerciais, voltadas para a complementação econômica e produtiva.

Uma perspectiva que, em grande parte, tem se concretizado através da política de priorização do Mercosul e construção da Comunidade Sul-americana de Nações; da liderança brasileira na criação do G20 na OMC e do aprofundamento das relações sul-sul (principalmente com a Índia e África do Sul). Iniciativas que não isolaram o país (como alguns têm afirmado), mas sim criaram as condições para a não-submissão a acordos de livre comércio prejudiciais ao país, como a proposta estadunidense da ALCA, os termos impostos pela União Européia e as propostas dos países desenvolvidos na reunião ministerial da OMC em Cancun, em 2004.

Mas, uma das características marcantes da política econômica liberalizante, que há mais de duas décadas vem condicionando o funcionamento da economia mundial, é exatamente a simbiose entre agenda externa e interna e não uma contradição entre as duas como vem ocorrendo no governo atual. O Ministério da Fazenda aplica uma fórmula macroeconômica direcionada a garantir a "estabilidade" (juros altos + superávit para garantir o pagamento da dívida externa + moeda sobrevalorizada para combater a inflação) e defende que sua plena execução requer o aprofundamento da liberalização financeira (para atrair mais investimentos e gerar mais divisas) e uma nova redução tarifária (para aumentar a competição entre o mercado interno e as importações e, desta forma, pressionar pela baixa de preços).

Para atender à constante pressão pela redução da taxa de juros a Fazenda quer abrir mais a economia e, através do aumento de competição, pressionar pela baixa dos preços e assim controlar a inflação. Parâmetros que se chocam com a política externa que vem sendo praticada e que tem rejeitado a negociação de Acordos de Promoção e Proteção de Investimentos e o corte unilateral, e desvantajoso, de tarifas comerciais.

Esse embate vem se agudizando através de alguns fatos preocupantes protagonizados pelo Ministério da Fazenda, que merecem a dedicação de nossa maior energia, pois seu tratamento condicionará a sobrevivência do que pôde ser salvo e recuperado da onda da liberalização unilateral dos anos 90.

O primeiro fato ocorreu no início deste ano, com a tentativa do Ministério da Fazenda de recolocar para a aprovação do Congresso os Acordos de Promoção e Proteção de Investimentos (na verdade investidores), assinados pelo governo FHC nos anos 90, não aprovados pelo Senado e retirados da agenda pelo governo Lula em 2003. Uma tentativa que foi frustrada pelo relatório final do grupo de trabalho interministerial que analisou a proposta no âmbito da CAMEX e que concluiu que esses acordos, tal como estavam, chocavam-se com a Constituição brasileira e condicionavam as possibilidades do governo praticar uma política industrial e produtiva de livre escolha.

O segundo fato está em curso. Trata-se do documento, apresentado pela Fazenda, propondo uma mudança radical da posição negociadora brasileira na negociação de um novo corte das tarifas industriais que está sendo negociado na OMC. Os formuladores da Fazenda propõem que o Brasil deixe de apoiar a fórmula ABI (apresentada em conjunto com a Argentina e

Índia), que resultaria em cortes tarifários menos agressivos e tratamento diferenciado entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento e mais pobres.

Argumentando que o Brasil encontra-se numa posição "isolada" por defender uma "fórmula de baixa ambição, fortemente protecionista", alegam que a redução das alíquotas incrementaria a competitividade da indústria brasileira, ajudaria no controle dos preços e nas políticas de defesa da concorrência e propõem a adoção de uma fórmula linear (a fórmula suíça) que provocaria uma redução da tarifa máxima para importação de bens industriais consolidada pelo Brasil na OMC de 35% para 10,5% e de 30% para 9,79% na tarifa média. As simulações do ministério indicavam que com a aplicação da fórmula suíça 62% das tarifas consolidadas cairiam abaixo do nível efetivamente praticado pelo Brasil. Nos setores industriais como automotivo, máquinas, farmacêutico, siderúrgico, e eletroeletrônico, entre outros, a aplicação da fórmula proposta pela Fazenda levaria a um corte de 70% desse valor.

No Mercosul o impacto seria ainda mais profundo, provocando uma queda na Tarifa Externa Comum do Mercosul média de 10,77% para 7,39%. Ou seja o Mercosul implodiria e se transformaria num acordo de livre comércio de segunda, pois deixaria de ter sentido a TEC e a União Aduaneira.

**Frente a isso queremos afirmar claramente nosso posicionamento.**

1. Os efeitos de um "choque de produtividade", como o proposto pela Fazenda, nós já conhecemos. A liberalização comercial unilateral praticada no início dos anos 90 provocou a perda de milhões de empregos e não existem indicadores de que as perdas possam ter sido absorvidas, mesmo nos setores mais intensivos em trabalho. A repetição dessa façanha agora seria ainda mais grave pois a abertura unilateral se daria num cenário de altos juros, alta carga tributária e cambio sobrevalorizado.

2. Tarifas comerciais externas não são instrumentos de arrecadação e sim a base para a escolha de uma política industrial e agrícola mais conveniente ao país. Não podem portanto ser conceituadas como instrumento de política de preços e arrecadação, como quer a Fazenda, mas sim estar subordinadas às bases estratégicas da política de desenvolvimento do governo.

3. Assim como já expressamos na carta enviada ao Ministro da Fazenda no dia último dia 6, opomo-nos veementemente à proposta apresentada pelo seu ministério relativa ao posicionamento do Brasil nas negociações em NAMA na OMC.

4. Reivindicamos o cumprimento de um direito legítimo da sociedade brasileira, que é o de ser consultada pelo governo em decisões dessa envergadura.

5. Reivindicamos aos Ministérios que integram a CAMEX que não definam a posição brasileira no dia 19 de setembro; que a CAMEX envie imediatamente às organizações empresariais, sindicais e sociais todas as informações e documentos relativos ao tema e convoque, o mais breve possível, uma reunião com elas, para debater as diferentes propostas apresentadas pelos ministérios e pela sociedade civil, definindo a posição brasileira em relação a esse debate.

**João Antonio Felício é presidente nacional da CUT**

## **"Proposta é ameaça ao emprego"**

**CUT alerta para efeitos "desastrosos" da redução das tarifas**

Marcelo Rehder

O País pode passar novamente por um processo de extinção em massa de postos de trabalho, se for aprovada a proposta de redução de alíquotas de importação apresentada pelo Ministério da Fazenda com vistas às negociações de Bens Não-Agrícolas da Organização Mundial do Comércio (OMC). O alerta é do presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Felício, com base nas conclusões de estudo da entidade relacionando os resultados "desastrosos" da abertura comercial dos anos 90 com a proposta de redução generalizada da tarifa de importação.

"Todos os países, até a China que está se abrindo para o mundo, adotam mecanismos de proteção à indústria local. Ninguém abre para perder. Todo mundo quer ganhar. A exceção seria o Brasil, caso a Fazenda insista nessa proposta retrógrada", diz Felício. "Nós vamos além.

Achamos que países em desenvolvimento como o Brasil têm de ter salvaguardas para poder competir em condições de igualdade com os desenvolvidos."

O estudo da CUT mostra que, em oito setores selecionados, foram fechados mais de 963 mil postos de trabalho de 1990 a 1998 - período marcado pela liberalização comercial, juros altos e moeda valorizada. Diz o sindicalista que alguns ensaios demonstram que a aplicação da proposta da Fazenda levaria a reduções de até 70% nas tarifas.

A central analisou a evolução do emprego nos setores de metalurgia, mecânica, eletroeletrônica, material de transporte, química, têxtil, calçados e borracha, fumo e couro, que seriam os mais sensíveis às mudanças nas tarifas. Para Felício, a decisão seria particularmente desastrosa, porque dados mais recentes desses setores, referentes a 2003, apontam para a recuperação de parte dos empregos que haviam sido fechados. Esse movimento começou a partir da desvalorização cambial de 1999 e foi impulsionado porque a maior parte das alíquotas de importação pararam de cair, destaca o presidente da CUT.

"Nossa experiência mostra que um processo de abertura a importação de produtos industrializados, sem o necessário suporte à produção nacional, tem efeitos trágicos sobre o mercado de trabalho."

Diante disso, a central defende um processo mais amplo e mais global da estratégia e posicionamento que o Brasil defenderá na reunião que definirá os rumos da rodada ministerial. E reivindica que as definições da posição brasileira para as negociações da OMC sejam transparentes, "o que não tem acontecido", e que resultem de um amplo debate com representantes dos trabalhadores, dos empresários e da sociedade civil em geral. "Não vamos aceitar passivamente essa estratégia de jeito nenhum." (*O Estado de S.Paulo, 21.09.2005*)

## CUT condena proposta da Fazenda

Redução abrupta de alíquotas de importação pode gerar extinção em massa de postos de trabalho, diz CUT. Estudo realizado pela central condena a proposta da Fazenda e apresenta alternativas ao debate:

" \* retirada imediata da referida proposta;

\* para prosseguir negociando esse tema, o governo deve contar com estudos de impacto e uma forte interlocução com a sociedade civil, notadamente com os setores sociais que se veriam afetados em seus níveis de vida e suas condições de trabalho;

\* nenhum desses requisitos foi cumprido. Por isso, seria temerário tentar concluir essas negociações nos prazos postos pela OMC até a reunião ministerial de Hong Kong em dezembro deste ano.

A posição da CUT, juntamente com outros setores do movimento social, representados pela Rebrip (Rede de Integração dos Povos), é de que o objetivo fundamental das negociações de acesso a mercados de produtos não agrícolas (NAMA) deve refletir um compromisso com os seguintes elementos:



\* direito dos países em desenvolvimento terem espaço para a formulação de política industrial e de garantia da oferta de empregos de qualidade para todos;

\* as reduções das tarifas devem ter em conta o nível de desenvolvimento de cada país e as políticas nacionais;

\* que o direito dos países em desenvolvimento a promoverem política industrial não deve ser sacrificado em

função da ampliação do maior acesso a mercados para as exportações de produtos agrícolas, o que beneficiaria os interesses do agronegócio em detrimento dos setores industriais.

O estudo foi elaborado em conjunto pela subseção do Dieese da CUT Nacional, pela Secretaria de Relações Internacionais da Central e pelo Rebrip."

O estudo da CUT, em sua íntegra, encontra-se na página do **SindLab**, o Laboratório Industrial Sindical.

[Para ler o documento da CUT faça clique aqui.](#)

Para mais notícias sobre a questão acesse a página do **SindLab** : [www.sindlab.org](http://www.sindlab.org)

## IPEA também analisou proposta da Fazenda

Para Ipea, proposta da Fazenda poderia elevar importações setoriais em até 15%

A proposta de redução drástica das tarifas de importação para produtos industriais elaborada pelo Ministério da Fazenda extinguiria no Brasil as margens de manobra do governo para proteção da produção local, mas o impacto total nas importações não parece ser muito significativo, diz estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) realizado com técnicos da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (Abdi) e do Ministério do Desenvolvimento.

O estudo mostra, porém, que, em alguns setores o aumento das importações, com a queda das tarifas, poderia passar de 15% (caso dos automóveis, tratores e outros veículos terrestres) e que as importações poderiam aumentar cerca de 12% para mercadorias como produtos de couro, calçados, vestimentas, móveis e brinquedos.

Os números estimados pelo Ipea podem estar subestimados, segundo alertam os autores, mas o aumento da competição dos importados também pode ser refreado por outros fatores não avaliados no trabalho, como mudanças no mercado consumidor, melhoria tecnológica da produção nacional e variações no câmbio.

Para integrantes do Ministério do Desenvolvimento, os dados apontados pelos técnicos desaconselham a adoção da proposta elaborada pelo Ministério da Fazenda. O diretor de Estudos do Ipea, João Alberto De Negri, porém, discorda, e prefere lembrar que o uso das tarifas como instrumento de sobrevivência para produtores nacionais tem perdido importância.

"Acredito que o impacto de uma política de competitividade como essa (proposta pelo ministério da Fazenda) pode ser positiva, o empresariado brasileiro é forte", argumenta De Negri. Ele reconhece que há fatores que prejudicam a competitividade da indústria brasileira, como a precariedade de infra-estrutura, os altos impostos e taxas de juros e a burocracia, não enfrentados pelos concorrentes que passariam a exportar em maior quantidade ao Brasil, com a redução das tarifas. "Mas as tarifas têm perdido a importância do ponto de vista global", diz ele.

O estudo não defende as alternativas em discussão pelo governo para a OMC. Teve apenas o objetivo de medir o possível impacto da proposta apresentada pelo Ministério da Fazenda sobre as importações, ressalva De Negri. O estudo do Ipea, entregue nesta semana aos ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex), calcula que a adoção da fórmula proposta pelo Ministério da Fazenda reduziria as tarifas registradas (consolidadas) pelo Brasil na OMC, de 29,87% para 9,79%. Como o país consolida na OMC tarifas muito superiores às realmente praticadas, para ter margem de manobra caso queira subir a proteção tarifária sem romper seus compromissos com a OMC, a queda nas tarifas reais é diferente.

O Ipea calcula que, ponderada pela importância de cada produto no total das importações brasileiras, a tarifa média ponderada do país está em 7,4%, e cairia para 5,78% caso adotada a proposta do Ministério da Fazenda.

Das pouco mais de 8,8 mil linhas tarifárias (produtos listados na tabela de tarifas de importação) do Mercosul, quase 5,5 mil (62%) teriam redução real na tarifa. As diferenças entre as atuais tarifas consolidadas na OMC e as que resultariam da fórmula variam de 0,25 ponto percentual a 24,5 pontos percentuais. Haveria redução acima de 10 pontos percentuais para 68 linhas tarifárias, 53 delas relativas a produtos do setor automotivo. Os setores com mais produtos afetados pela redução de tarifas seriam o de reatores nucleares, caldeiras, máquinas e aparelhos mecânicos; o de produtos químicos e orgânicos, o de máquinas, aparelhos ou materiais elétricos (incluindo televisores, rádios e outros eletrodomésticos), o de plásticos e o de instrumentos e aparelhos de ótica, médicos e de precisão.

Com dois cenários baseados em médias históricas de elasticidade-preço das importações (a sensibilidade das importações a queda de preços dos produtos), o Ipea avalia que, na média, porém, as importações de produtos "não-agrícolas" cresceriam apenas 2% a 3,6% em relação à média dos últimos três anos. (Sergio Leo, de Brasília) (*Valor Econômico*, 22.09.2005)

## Integração latino-americana

Por: Leonardo Severo

A Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) realizará no próximo dia 29 de setembro, quinta-feira, às 19 horas, um debate sobre "Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba): integração soberana e luta contra o imperialismo e o neoliberalismo" com o secretário de organização do Congresso Bolivariano dos Povos (CBP), Fernando Bossi e representantes da União Nacional dos Trabalhadores (UNT) da Venezuela.

O evento, aberto ao público, será realizado no auditório azul do Sindicato dos Bancários de São Paulo, localizado na rua São Bento, 413, no centro da capital.

Para o secretário nacional de Comunicação da CUT e membro da CMS, Antonio Carlos Spis, este é o momento dos povos serem propositivos, construindo alianças sociais para concretizar avanços. "Temos conseguido obter inúmeras vitórias em nossos países contra o projeto de devastação neoliberal que assolou nosso continente por quase duas décadas. Agora, precisamos construir uma integração baseada na solidariedade e no apoio mútuo, não na exploração da nossa gente e no assalto às nossas riquezas, como é a proposta anexionista da Alca. Este encontro, com a presença de lideranças tão expressivas, ajudará a qualificar o debate e a apontar construções comuns".

INCLUSÃO - Homenagem ao libertador Simón Bolívar, a Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba) foi firmada recentemente pelos presidentes venezuelano, Hugo Chávez, e cubano, Fidel Castro, tendo como lógica a superação das desigualdades e a promoção da inclusão social, em oposição à postura excludente e mercantilista apresentada pelos EUA através da Alca, que transforma nossas economias em mero entreposto comercial para seus produtos, agravando a dominação e a submissão política e econômica.

AVANÇAR - "Conquistamos a soberania política, mas para consolidá-la devemos avançar rumo à soberania econômica. Este é o ideal e o compromisso que nos conduzem a uma contraposição integracionista à Alca", declarou Fernando Bossi, secretário de organização do CBP, em entrevista ao Portal do Mundo do Trabalho. Na avaliação de Bossi, "é hora dos povos começarem a construir alternativas ao figurino submisso àquele velho receiturário do FMI de desnacionalização e desindustrialização, que pariu o desemprego em massa, que arrouchou salários e precarizou direitos". (*Agência CUT de Notícias, 19.09.2005*)

*Mais informações: Gustavo Cotas (SRI – 2108.9299) ou Leonardo Severo (Secom – 2108.9127)*

## Alerta para Venezuela

Adital - Os Estados Unidos estariam planejando uma invasão da Venezuela. A acusação foi feita mais uma vez pelo presidente venezuelano Hugo Chávez. O plano de invasão se chama Plano Balboa, um exercício de simulação de operações por terra, mar e ar realizado no Comando Base Maior da Espanha, com o qual forças estadunidenses e países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), invadiriam o ocidente venezuelano desde o Panamá e a Colômbia.

Chávez disse à imprensa internacional que a Venezuela e outros países latino-americanos estão prontos para resistir e, se a invasão ocorrer, uma guerra será iniciada. A agressão implicaria na imediata suspensão do fornecimento de petróleo venezuelano para Washington. Por tal razão, o mandatário venezuelano explicou que o processo de recuperação das relações diplomáticas entre Miraflores e a Casa Branca depende do Governo estadunidense.

As simulações do Plano Balboa têm como objetivo planificar a invasão da Venezuela, calcular o número de bombardeios diários, que tipos de munições e quantas bombas são necessárias para atacar e destruir determinados alvos da geografia venezuelana. O Executivo venezuelano tem informações que ressaltam que o "Plano Balboa" prevê uma onda de bombardeios que devem cair sobre Caracas, Maracay e Valencia.

Os especialistas afirmam que o principal objetivo da invasão é que os Estados Unidos não possuem mais reserva de petróleo. Para os EUA restam apenas 22 bilhões de barris, mas, com seu consumo, só será suficiente para 10 ou 15 anos. Já a Venezuela é um dos países que têm as maiores reservas mundiais de petróleo.

Durante a recente Cúpula das Nações Unidas, em Nova York, Chávez divulgou que, recentemente, soldados dos EUA estiveram em Curacao, uma ilha ao noroeste da Venezuela, e qualificou de mentira as explicações de Washington de que estes uniformizados estiveram lá para descansar. (*Adital, 20.09.05*)

## Base dos EUA traz risco para a região

O tema da Presença de Tropas do Comando Sul dos Estados Unidos no Paraguai foi monitorado e estudado pelo CEES (Centro de Estudos Estratégicos Sul-Americanos) desde fevereiro deste ano, pelo qual se elaborou uma análise das graves conseqüências que trarão à região sua permanência no coração do Continente Sul-Americano

Segundo Carlos Pereyra Mele, secretário de Interior da Fundação CeeS, este tema de bases deve se enquadrar no conceito estratégico que os EUA estabeleceu depois de 11 de setembro de 2001, pelo qual a luta contra o terrorismo passou a ser fundamental. Com sede em Miami, foi estabelecido o Comando Sul do continente sul-americano e do Caribe e, para isso, dispôs sete objetivos estratégicos a serem cumpridos.

Entre eles: garantir o fluxo livre do fornecimento regional de energia aos mercados internacionais, sem que sejam objetos de agressão; assegurar que os países exerçam sua soberania territorial; conseguir que os aliados tenham a vontade de participar de "operações combinadas"; impedir que os estados renegados apoiem organizações terroristas; e fortalecer e manter governos estáveis e democraticamente eleitos.

Para Mele, é chamativo que o Paraguai, por ser membro do MERCOSUL e signatário do TPI (Tratado Penal Internacional) e do Estatuto de Roma da Corte Penal Internacional, que é subsidiária dos tribunais dos Países signatários. Já os EUA não firmaram os tratados antes mencionados.

O mais grave é que os efetivos norte-americanos no Paraguai terão o status de "funcionários diplomáticos administrativos", graças a isso podem entrar e sair do País quando desejem, transportar livremente armas ou qualquer tipo de equipe sem que as autoridades locais possam revistar, e, inclusive, têm o benefício de isenção tributária para seus produtos, materiais e propriedades. Além disso, esses soldados não terão que responder pelos danos que causem à saúde ou ao meio ambiente, nem tampouco aos recursos da população. Também serão reconhecidas matrículas médicas e as licenças de condução dos veículos que levem para o Paraguai.

A Base de Mariscal Estigarribia, já estabelecida semi-clandestinamente há mais de cinco anos, está localizada na Província de Boqueronon, no ocidente do território paraguaio. Mariscal Estigarribia é uma localidade de apenas 3.000 habitantes, no Chaco paraguaio, que está situada a 250 quilômetros da Bolívia, próxima às províncias argentinas de Formosa e Salta. Conta com uma pista de aterrisagem de 3.800 metros, que permite a aterrisagem dos aviões de maior porte atuais do parque militar dos EUA. A idéia é ampliar as instalações, segundo informes, com uma capacidade de albergue a 16.000 efetivos, e se especula que os mesmos chegarão em 13 contingentes.

Desde Mariscal Estigarribia, segundo o CeeS, os EUA poderiam controlar as reservas de gás e petróleo da Bolívia, situadas em Tarija. Além disso, está localizada no coração do continente e é possível deslocar efetivos à denominada zona da Tríplice Fronteira, onde, atualmente, reside uma importante comunidade árabe que conta com milhares de palestinos. Desde esta base também se pode monitorar a segunda reserva de água doce do Planeta, o denominado Aquífero Guarani.

"Considero que a instalação de tropas norte-americanas é um dos golpes mais fortes que a administração Bush descarregou sobre o Mercado Comum do Sul e não duvidaria em afirmar que os soldados incursionarão sobre a zona da Tríplice Fronteira atuando como uma força de rápida invasão", afirma Mele.

Atualmente, os EUA possuem muitas bases na região, conhecidas ou semi-clandestinas. Mele ressalta que a ninguém informado escapa que a América Latina é um objetivo estratégico. Que é o território que possui quase todos os recursos naturais faltarão à humanidade neste século e no próximo, além de estar pouco povoado em relação à suas dimensões, e a maioria da sua classe dirigente está esgotada e corrompida.

"Considero que, se não houver consciência, a base no Paraguai pode ser o indício dos anos mais difíceis para a América do Sul desde as guerras de independência. Em nosso continente ocorrerão conflitos nos quais intervirão atores extra-continentais em não muito tempo, mais para o controle dos recursos e a sobrevivência desses hoje poderosos países-continentes", declara o especialista. (Adital, 15.09.05)

**CNM-Internacional** é um informativo da Secretaria de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – **CNM-CUT**, editado pela Consultoria Econômica e Social Integrada  
Secretário Geral da **CNM** : Fernando Lopes  
Jornalista Responsável : Antonio Carlos Castro (MTb 36.741/SP)  
[internacional@cnmcut.org](mailto:internacional@cnmcut.org) <http://www.cnmcut.org.br>